

# Repensar o Atlântico

Berta Cabral

*Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional.*

## **Resumo**

Os anos que se avizinham serão de esforço, realista, ponderado e profícuo, na real possibilidade de multiplicar o território nacional com a aprovação da extensão da plataforma continental.

O arquipélago dos Açores representa, neste cenário geoestratégico, o “músculo” que poderá incrementar o desenvolvimento com base na economia do mar e do conhecimento do espaço marítimo.

A Defesa Nacional e as Forças Armadas, de igual forma, devem ser capazes de responder às crescentes atribuições, reformulando e adaptando a missão e meios, assegurando um maior produto operacional num espaço mais alargado e de maior exigência.

## **Abstract**

### ***Rethinking the Atlantic***

*The years ahead will be characterized by realistic and weighted efforts due to possibility of expanding the national territory through the extension of our continental platform.*

*Under this geostrategic scenario, the Azores archipelago represents the “muscle” which may increment the development of a sea based economy and a better knowledge of our maritime space.*

*The National Defense and the Armed Forces, should be able to respond to its growing tasks, reformulating and adapting the mission and the assets, guaranteeing a greater operational output in a larger and more demanding space.*

“É com os próprios olhos que tiramos do mar a terra que nos faltou.”

Vitorino Nemésio

Cinco séculos após os Descobrimentos e a intensificação do povoamento das ilhas atlânticas, Portugal é levado a repensar o papel que a História lhe reserva neste grande oceano.

Com os Açores a constituírem-se como o vértice que estende o “triângulo estratégico” nacional a uma dimensão invejável, Portugal está na iminência de conseguir a “continuidade territorial” entre o espaço continental e os seus arquipélagos/regiões autónomas, através da extensão da plataforma continental. O veredicto da sub-comissão de análise, a criar no início de 2016, será conhecido dentro de dois ou três anos.

Este novo e imenso bloco não trará grandes novidades nem exigências em matérias como a busca e salvamento, por exemplo, na qual Portugal já é responsável por 5,7 milhões de quilómetros quadrados – a segunda maior fatia do Atlântico Norte, depois da dos EUA, e uma das 15 mais extensas áreas atribuídas a um país, a nível mundial. Mas coloca-nos perante grandes desafios, resultantes, sobretudo, do acesso aos recursos existentes no solo e subsolo marinhos, da imposição ética de os explorar devidamente e da obrigação moral e legal de proteger e preservar este meio marinho.

A par deste processo em curso nas instâncias internacionais, conduzido pela Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental, outros fenómenos tendem a fazer crescer a importância do Atlântico, como sejam a duplicação da capacidade do Canal do Panamá ou o Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento entre a União Europeia e os Estados Unidos (TTIP), que facilitará o comércio entre as duas economias mais ricas do planeta e criará um mercado de 800 milhões de consumidores.

Num mundo onde 92% do comércio se faz por mar percebe-se com grande facilidade a conveniência de estar geograficamente centrado no gigantesco canal atlântico, como acontece com as ilhas dos Açores.

Portugal tem um espaço nobre e vasto neste palco principal. O “triângulo estratégico” garante-nos uma posição geográfica de articulação intercontinental, onde se cruzam muitas das mais importantes rotas marítimas e aéreas. O nosso país precisa de ocupar este espaço com ainda mais inteligência e benefício, sabendo defender a unidade oceânica e constituindo-se como laje firme para a ponte que cresce entre a margem europeia e a americana.

Com naturalidade, a Base das Lajes e infraestruturas conexas devem ser aproveitadas para além dos fins militares que ditaram a sua criação, integrando uma plataforma polivalente que apoie logisticamente o crescimento de toda a atividade que se prevê para este espaço.

### **Prioridade à Defesa**

Se o Atlântico tem estas virtudes e as outras comuns aos oceanos – fontes de energia, água e alimento, reguladores do clima, suportes de vida para milhões de pessoas – é imprudente ignorar que também pode transformar-se num “campo” de conflito.

Felizmente, o Atlântico tem sido um espaço de estabilidade e segurança. Em particular no Atlântico Norte, onde “as democracias ocidentais formam uma comunidade de segurança única, que constitui um centro de estabilidade indispensável para a ordem internacional. A aliança ocidental é um garante da estabilidade estratégica internacional. (...) As economias ocidentais são um importante motor da modernização, da inovação e da globalização, e será tanta mais assim quanto a parceria transatlântica se desenvolva através das negociações para uma zona de comércio livre entre a UE e os EUA” (Ministério da Defesa Nacional, 2013).

Só que o curso da História é imprevisível. É uma lição que os açorianos e os portugueses em geral devem ter sempre em mente.

Por isso, desde os primórdios do povoamento, a presença militar nas ilhas foi essencial para garantir a soberania do Estado, de tal forma que chegou a ser o próprio Estado, num episódio em que mais nenhuma outra parcela do território conseguiu manter a independência de Portugal.

Mas foi, principalmente, depois da implantação da Força Aérea, em meados do século XX, e da mais recente convicção de que as Forças Armadas devem ser um pilar de apoio para as populações que os açorianos passaram a ter uma melhor perceção da mais-valia resultante da presença da Marinha, do Exército e da Força Aérea.

A importância que as missões de interesse público assumem numa região geograficamente descontínua, com algumas parcelas sujeitas às limitações da sua reduzida escala, levam os açorianos a uma situação de quase permanente reconhecimento em relação à ação dos militares que cumprem serviço no arquipélago.

### **A Tranquilidade de ter Militares por Perto**

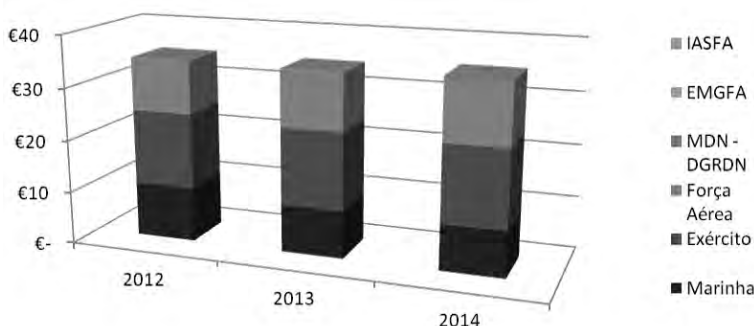
Para os açorianos, há muito que os militares deixaram de representar apenas a soberania do Estado e de ser uma presença tolerada pela necessidade de garantir a defesa de populações e bens.

**Quadro 1** – Exemplos de Missões de Interesse Público nos Açores<sup>1</sup>

	2010	2011	2012	2013	2014	
Missões de socorro e salvamento operadas pela Marinha (*)	236	212	219	253	190	
Evacuações sanitárias operadas pela Força Aérea	144	155	162	162	194	Missões
	144	171	163	183	224	Doentes

(\*) Região de Busca e Salvamento de Santa Maria

As Forças Armadas são olhadas como uma entidade indispensável para se poder viver com tranquilidade nas ilhas, sobretudo nas menos dotadas de infraestruturas, e que, naturalmente, asseguram todas as missões inerentes ao exercício da soberania.

**Figura 1** – Despesas com Defesa na Região Autónoma dos Açores (em milhões de euros)

Num propósito institucional, o Estado, através dos três Ramos das Forças Armadas, injeta em média anualmente 35 milhões de euros na economia açoriana de forma direta, através das diversas rubricas de investimentos, operação e manutenção e despesas com pessoal.

Recentemente, o Ministério da Defesa Nacional conseguiu disponibilizar ainda algumas dotações extraordinárias, na ordem de 1,5 milhões de euros, para intervenções imediatas e urgentes em unidades militares e para a recuperação de infraestruturas disponibilizadas ao Instituto de Ação Social das Forças Armadas (IASFA), à Cruz Vermelha Portuguesa e à Liga dos Combatentes.

1 O Exército tem 55 equipas especializadas para, no âmbito do pioneiro Plano Solidário, dar um apoio insubstituível à Proteção Civil regional, como aconteceu em 2013 nas enxurradas no Faial da Terra e no Porto Judeu, por exemplo.

É indispensável gerar consensos para continuar a investir na presença das Forças Armadas na área territorial dos Açores, por tudo aquilo que elas representam para a afirmação de Portugal enquanto verdadeira potência atlântica, frente avançada da Europa no relacionamento com a América.

### **Novas Tecnologias**

Por força da dispersão das nove ilhas e da sua condição atlântico-cêntrica, os Açores possuem um espaço territorial e uma zona de intervenção e de responsabilidade gigantescos. A área atlântica de busca e salvamento operada pelas Forças Armadas Portuguesas em consequência dos acordos internacionais assume, com os Açores, uma dimensão tal que obriga Portugal a investir tecnologicamente e a equacionar a utilização dos meios mais evoluídos para cumprir as suas missões.

O recurso aos tradicionais meios navais e aéreos, muitas vezes utilizados até ao limite das suas capacidades, convoca-nos a incrementar os níveis de ambição a implementar.

A utilização de novas tecnologias, incluindo veículos aéreos e submarinos não tripulados, são uma realidade incontornável para o cumprimento de uma boa parte das missões da Marinha e da Força Aérea nos Açores.

Exemplo paradigmático é o recurso ao veículo de operação remota (ROV) Luso, que opera no solo marinho em profundidades de até seis mil metros. Desde 2008, o Luso tem sido utilizado com excelentes resultados no estudo do mar profundo e na sustentação científica da submissão portuguesa às Nações Unidas do pedido de alargamento da plataforma continental, em maio de 2009.

### **Trunfo na Europa**

Segundo o *Conceito Estratégico de Defesa Nacional 2013*, “a Europa é a principal área geográfica de interesse estratégico nacional”. Acrescenta o documento que “a unidade nacional e a integridade territorial de Portugal bem como a aliança bilateral com os EUA e a coesão da Aliança Atlântica, tornam o espaço euro-atlântico a segunda área geográfica de interesse estratégico permanente”.

Do ponto de vista dos Açores é menos nítida esta priorização mas não deixa de ser inquestionável que o arquipélago confere a Portugal uma “mega presença” no Atlântico que configura uma ambivalente mais-valia para a Europa e para a América. É preciso jogar este trunfo com sabedoria e visão.

A integração europeia e a globalização provocaram a transferência efetiva de poder político de Lisboa e das outras capitais europeias para Bruxelas e outros grandes centros internacionais, o que coloca novos desafios às autoridades nacionais e regionais de Portugal, obrigando a um posicionamento diferente e incompatível com o tradicional clima de rivalidade. Esta integração potencia a importância geo-

estratégica dos Açores no seio da Europa ao aproximar, com relatividade, este arquipélago da América.

A solução para os problemas que vão surgindo internacionalmente, com impactos imediatos nas economias locais, exigem a adoção de estratégias de cooperação e de participação, ou seja, a concertação de esforços que permitam ao nosso país apresentar-se na cena internacional com uma voz forte e credível.

Na atual conjuntura, os interesses dos Açores deixaram de poder ser defendidos pela via da confrontação. Participar nas tomadas de decisão implica olhar para os órgãos da República como parceiros e a afirmação açoriana deve ser feita através da integração nos organismos nacionais com que Portugal se faz representar na União Europeia e noutros fóruns internacionais.

### **Mar, esse Desconhecido**

São precisamente as relações bilaterais da Europa com os EUA e Canadá que conferem aos Açores uma centralidade potenciadora de inúmeras oportunidades para Portugal e, em particular, para a Região Autónoma. Portugal tem de assumir uma estratégia liderante neste processo.

Pela sua dominância esmagadora, o mar estará sempre no centro de qualquer estratégia para Portugal e, por maioria de razão, para os Açores.

É forçoso reconhecer que a viragem à Europa desviou a nossa atenção do mar e do Atlântico. Cabe-nos retomar este desígnio com vistas largas e determinação, como sugere a *Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020*.

Com a profundidade exigível a um estudo desta natureza, o *Relatório para o Crescimento Sustentável: Uma Visão Pós-Troika* (Silva, 2012), que a Plataforma para o Crescimento Sustentável apresentou no final de 2012, propõe cinco medidas estratégicas assim sintetizadas: reorganizar, reestruturar e regular a economia do mar; criar uma marca distintiva ancorada na aproximação dos portugueses ao mar; reforçar o conhecimento, a ciência e a tecnologia e as competências na área do mar; estabelecer um novo modelo de financiamento e de governação do mar; e proteger os oceanos das consequências das alterações climáticas.

Se conseguir maximizar o potencial da plataforma continental, além de ter acesso a importantes matérias-primas e recursos energéticos, Portugal colocar-se-á no centro das redes portuárias internacionais e das rotas comerciais e energéticas, com benefícios óbvios para os Açores.

Quando olhamos para a imensidão do território que resultará do alargamento da plataforma continental, a primeira abordagem que se exige é a da promoção do conhecimento.

Ninguém defende o que não tem mas também ninguém defende o que não sabe que tem.

Portugal está obrigado a um forte investimento na investigação para poder liderar o processo de exploração do mar profundo que, na Europa, é quase exclusivamente nosso. Considerando as zonas económicas exclusivas (ZEE) das três parcelas territoriais de Portugal continental, Açores e Madeira, o nosso país entra no *top 20* dos que têm mais mar, enquanto pela área de terra firme ficamos apenas na 110.<sup>a</sup> posição mundial. Se as contas incluírem a extensão da plataforma continental, a soberania e a jurisdição portuguesas aplicar-se-ão a 3,8 milhões de quilómetros quadrados, 40 vezes a nossa superfície terrestre, equivalente a quase todo o espaço terrestre da Europa.

A grandiosidade destes números e do potencial que eles implicam são mais do que suficientes para investirmos com convicção na investigação. A Universidade dos Açores já possui um importante e conceituado legado de conhecimento em ecossistemas de mar profundo mas é preciso ir ainda mais além.

O esforço de concertação entre as entidades regionais e, neste caso, os órgãos do Governo da República com responsabilidades no Mar e na Ciência tem de ser permanente e partilhado, potenciando os benefícios que se adivinham se houver uma abordagem correta e fiscalização adequada.

De igual modo, é necessário alargar o espectro do trabalho que produz conhecimento e fazer da Universidade dos Açores um interface do relacionamento com congéneres nacionais e internacionais, com outras instituições públicas de reconhecido prestígio internacional (como já acontece com o Instituto Hidrográfico) e, até, com entidades privadas vocacionadas para a inovação e que se constituam como veículos de transmissão e aplicação do saber na economia real, com ganhos para todos.

A exiguidade dos orçamentos e a escassez de meios deve servir para aguçar o sentido de oportunidade e a vontade de partilhar, ao mesmo tempo que se refinam os critérios e prioridades.

O novo quadro de fundos comunitários é um instrumento fundamental para, com a devida ponderação, levar avante algumas apostas que serão determinantes no futuro dos Açores e do país, muitas delas já perfeitamente identificadas.

### **Maré de Desafios**

Portugal está confrontado com o desejo de conhecer, investir, explorar e preservar o mar que nos foi legado pela “Ínclita Geração” e pelos seus descendentes.

O ano de 2016 e os seguintes serão de esforço, realista, ponderado e profícuo, na real possibilidade de multiplicar o território nacional com a aprovação da extensão da plataforma continental.

O arquipélago dos Açores representa, neste cenário geoestratégico, o “músculo” que poderá incrementar o desenvolvimento com base na economia do mar e do conhecimento do espaço marítimo.

A Defesa Nacional e as Forças Armadas, de igual forma, devem ser capazes de responder às crescentes atribuições, reformulando e adaptando a missão e meios, assegurando um maior produto operacional num espaço mais alargado e de maior exigência.

Os portugueses são um povo intrinsecamente ligado ao mar, quer vivam do Minho ao Algarve, nas ilhas da Madeira e dos Açores ou na diáspora. Fazem da terra o seu porto de abrigo e dispõem de uma grande riqueza nas águas atlânticas.

É uma questão de proatividade. Como muito bem dizia o Professor Adriano Moreira, numa entrevista ao mais antigo jornal português, “se não formos ter com o mar, o mar vem ter connosco” (Açoriano Oriental, 2015).

### Referências Bibliográficas

Açoriano Oriental (2015). “Entrevista ao Professor Adriano Moreira”. *Açoriano Oriental*, 5 de maio.

Ministério da Defesa Nacional (2013). *Conceito Estratégico de Defesa Nacional 2013*. Disponível em [http://www.portugal.gov.pt/media/909457/20130405\\_cedn\\_publicacao\\_oficial.pdf](http://www.portugal.gov.pt/media/909457/20130405_cedn_publicacao_oficial.pdf).

Direção-Geral de Política do Mar (2012). *Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020*. Disponível em <http://www.dgpm.mam.gov.pt/Documents/ENM.pdf>.

Silva, Jorge Moreira da (coord.) (2012). *Relatório para o Crescimento Sustentável: Uma Visão Pós-Troika*. Plataforma para o Crescimento Sustentável-PCS. Disponível em <https://info.europa.eu/rocid.pt/files/database/000054001-000055000/000054497.pdf>.